

## **CAMPOS MOLDOU A ECONOMIA DEPOIS DE 64**

*Folha de S.Paulo, 10 de outubro de 2001*

Roberto de Oliveira Campos exerceu uma influência duradoura na história do Brasil. Como ministro de Castello Branco, definiu as linhas mestras da política econômica do regime militar, criando as condições para a retomada do crescimento econômico. Fora do governo, foi um dos mais influentes publicistas do país, contribuindo para a difusão do neoliberalismo nos anos 80 e 90.

Em sua gestão no Ministério do Planejamento (1964-1967), Campos introduziu inovações cujos efeitos são sentidos até hoje: a criação do Banco Central, do Sistema Financeiro da Habitação e do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço); as reformas tributária, bancária e administrativa; a mudança na Lei da Remessa de Lucros, concedendo vantagens ao capital estrangeiro, e a criação da correção monetária.

Seu Plano de Ação Econômica do Governo abaixou a dívida pública a apenas 1,1% do PIB, reduzindo a inflação para 34,5% ao ano em 1965, à custa de um achatamento dos salários (possível graças à repressão dos sindicatos) e de uma grave recessão (bastante criticada pelos empresários).

Conjugou a defesa do livre mercado com uma forte intervenção do governo na economia. Diversas estatais foram criadas em sua gestão: além do BC, criou ou instituiu o BNH, o Serpro, a Embratel, a Embratur, a Açominas, a Ultrafértil, a Celma, a Engematic, a Lloydbrás, a Enasa, além de estatais portuárias e de telefonia.

Quando se tornou ministro, já era um economista famoso. Diplomata de carreira desde 1939, foi designado adido comercial na Embaixada em Washington, em 1942, tendo feito economia na Universidade George Washington. Depois, concluiu seu doutorado pela Universidade de Columbia (Nova York), em 1949.

Em 1951, passou a integrar a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico. Propôs então a criação de um banco, o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, atual BNDES), para financiar setores econômicos prioritários. A instituição foi criada em 1952, e Campos tornou-se seu diretor. Discordando da orientação do presidente da instituição, demitiu-se em 1953, tornando-se cônsul em Los Angeles (EUA).

Retornou em 1956 e tomou parte na formulação da política econômica de Juscelino Kubitschek. Propôs a adoção de taxas de câmbio flutuantes e medidas para estimular a indústria automobilística.

Em 1958, foi nomeado presidente do BNDE. Com apoio do FMI, ajudou a elaborar o Plano de Estabilização Monetária, para conter a inflação. A oposição à política recessiva cresceu. Campos passou a ser chamado de "Bob Fields" por sua defesa do capital estrangeiro. Em junho de 1959, JK rompeu com o FMI, e Campos deixou o BNDE.

Apoiou a candidatura de Jânio Quadros à Presidência, em 1960, mas se afastou dele por discordar de sua política de abertura em relação aos países comunistas. Foi nomeado embaixador em Washington em agosto de 1961. Voltou ao Brasil em janeiro de 1964 e apoiou o movimento militar.

Deixou o governo em 15 de março de 1967, passando a criticar o novo ministro da Fazenda, Delfim Netto. Em 1968, tornou-se presidente do Invest Banco, que se transformaria depois no BUC (Banco União Comercial). Deixou o BUC em março de 1974, quando a instituição estava praticamente quebrada. O BC articulou a operação de salvamento, vendendo o banco para o Itaú.

Campos foi designado para a embaixada brasileira em Londres, onde permaneceu até 1982, quando retornou ao país para disputar, pelo PDS, uma eleição para o Senado por Mato Grosso (onde nasceu, em 1917). Eleito, apoiou a frustrada candidatura de Paulo Maluf à Presidência em 1985.

Permaneceu no PDS, elegendo-se deputado federal pelo Rio em 1990. Apoiou a política privatizante de Fernando Collor. Em setembro de 1992, Collor convidou Campos para ser seu chanceler. Ele recusou e, mesmo doente, foi o primeiro a votar a favor do processo de impeachment.

Reeleito deputado pelo PPR em outubro de 1994, tornou-se colunista da Folha a partir de dezembro. Em 1998, fracassou ao tentar o Senado pelo Rio, derrotado por Saturnino Braga (PSB). No ano seguinte, foi eleito para a ABL (Academia Brasileira de Letras).